



ANÁLISE DE DISCURSO E MILITÂNCIA POLÍTICA

Luciana Nogueira¹

Mariana Jafet Cestari²

Introdução³

Neste texto, nos propomos a falar dos riscos e apostas de se pensar a relação análise de discurso/militância. Para isso, faremos uma breve incursão à história da AD na França para pensar sobre os elementos que conformam um projeto de leitura, tema fundante que não cessa de produzir interrogações ainda hoje. Em seguida, pensamos a AD como “provocação à leitura” e a militância na AD como tomada de posição na disputa pelos sentidos na luta ideológica de classes. Por fim, elencamos pontos para pensar sobre o “sujeito que movimenta a história” considerando as modalidades de identificação no discurso (Pêcheux, 1975) e a resistência.

I. A análise de discurso e a relação entre teoria e política

Os estudos do discurso, na vertente que marca nosso trabalho, emergiram na França, na conjuntura intelectual dos anos 1960, como um espaço interdisciplinar em torno do estruturalismo filosófico, da questão da ideologia e da leitura dos discursos. A questão do revisionismo no marxismo⁴ então se direcionava ao tema da leitura na proposição do confronto do teórico com o político. Era essencial (re)ler O Capital, dizia Althusser (Orlandi, 2012). Para um grupo de pesquisadores militantes ou próximos do Partido Comunista Francês, à época, seria necessário a transformação da prática teórica das ciências humanas. No calor da conjuntura de Maio de 68, Pêcheux (1969), a partir da análise da conjuntura de irrupção dos movimentos sociais e universitários franceses, defende a posição de que mudar o lugar da ciência como produtora de instrumentos conceituais a serviço do sistema de dominação implicava romper com as bases do trabalho científico e da dualidade homem/técnica. O desafio era de operar uma “mudança de terreno”. A contestação do discurso positivista dominante deveria conduzir a um trabalho de redefinição das categorias que constituem o campo das ciências humanas (e não simplesmente despolitizar ou “superpolitizar” a ciência), o que exigia reconhecer e conhecer essas bases. Desta reflexão é que parte a crítica de Pêcheux (1969) às

¹Doutoranda em Linguística pela Unicamp, desenvolvendo tese na área da análise de discurso, sob a orientação da Profa. Dra. Eni Orlandi. É mestre em Linguística (Unicamp). Bolsista do CNPq. Participa do grupo Contradit: Coletivo de Trabalho *Discurso e Transformação*.

²Doutoranda em Linguística pela Unicamp, desenvolvendo tese na área da análise de discurso, sob a orientação da Profa. Dra. Mônica G. Zoppi Fontana. Bolsista do CNPq. Recentemente, passou a integrar o grupo Contradit.

³ Este texto vai ainda se desdobrar num texto maior que publicaremos posteriormente, pois várias das questões aqui apresentadas ainda merecem um desenvolvimento mais consistente.

⁴ Lembrando que o marxismo sempre foi atravessado pelo revisionismo e que o revisionismo questionado em boa parte dos debates que fez Althusser e Pêcheux é aberto pela perspectiva humanista pós 1956.

dualidades presentes nas filosofias kantianas e hegelianas, estruturantes das ciências humanas, tais quais sociedade e indivíduo; repressão e liberdade; heteronímia e autonomia; em-si e para si (Pêcheux, 1969/2011).

Nesta perspectiva, a AD em sua primeira época, constitui-se como lugar de debate teórico sobre a evidência empírica da leitura e empreende a construção de um dispositivo que se propõe um instrumento científico, “uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade” (Maldidier, 2003, p.21). E é sobre esse ponto que recai a (auto)crítica de Pêcheux. A tendência, nos primeiros estudos, de eleger o discurso político, prioritariamente o comunista e em *corpora* escritos, foi posta em questão. Pêcheux (1981) diz do risco da análise do discurso político ser o reflexo do pesquisador no espelho e indaga: “Fazer análise do discurso não seria, de fato, pressupor uma falta (uma deficiência, carência ou paralisia) que afeta a prática “natural” da leitura e da escrita políticas, a qual uma *prótese* teórico-técnica, mais ou menos sofisticada, pretenderia preencher?” (PÊCHEUX, 1981/2009, p 22).

Conforme destaca Maldidier (2003, p.75), não se deve ler estas linhas esquecendo a ferida da ruptura da união de esquerda (o rompimento da frente eleitoral entre PS e PCF), o desaparecimento de uma certa maneira de fazer política. Não se trata da renúncia em se pensar o confronto entre a prática teórica e a política, mas de uma reflexão crítica que tem consequências no que se compreende como objeto da análise de discurso. Afastamo-nos aqui dos que se inscrevem no revisionismo argumentando a favor da morte da ideologia, da esquerda e de seus discursos. Como um aspecto que se desdobra desse debate, coloca-se a questão sobre de que modo produzir conhecimento no campo das humanidades implica o comprometimento do pesquisador com o objeto/sujeito que estuda, explicita-se ou não o lugar de onde se enuncia, as redes de filiações teóricas, o percurso metodológico, o projeto empreendido, etc. Certamente as reflexões propostas não encerram a problemática e os efeitos políticos produzidos continuam a funcionar em nossos trabalhos.

E isso não se dá fora de uma relação de forças (também na academia), em que, conforme afirma Orlandi (2012), retomando Pêcheux (1983), tomar uma posição ética e de responsabilidade diante desse confronto (do teórico com o político) é o que tem sido evitado. Nesse sentido, interessa pensar aqui o que é a luta de classes na teoria, bem como problematizar o que pode aparecer “só” como um adjetivo: “materialista” (uma análise materialista)⁵ para (re)discuti-lo como uma filiação teórica que tem suas consequências teórico-práticas na luta de classes e a partir dela. Para Althusser (1978):

Se a filosofia é *luta de classes* na teoria, se depende em última instância da política, ela tem – enquanto filosofia – efeitos políticos: na prática política, no *modo* de conduzir “a análise concreta da situação concreta”, de definir a linha de massa e as práticas de massa. Mas, se ela é *luta de classes na teoria*, tem efeitos teóricos: nas ciências e também nas ideologias. Se ela é *luta de classes na teoria*, tem efeitos sobre a união da teoria e da prática: sobre o modo de concebê-la e realizá-la. Bem entendido, precisamente por causa disso, ela tem efeitos não apenas na prática

⁵ A esse respeito conferir também Orlandi (2011; 2012).

política e na prática científica, mas também em *todas* as práticas sociais, quer se trate da “luta pela produção” (Mao), da arte, etc. (ALTHUSSER, 1978, p. 35).

Para Althusser, a filosofia seria assim um campo “privilegiado” no que diz respeito ao funcionamento da prática teórica, da relação entre teoria e prática. Há, dessa forma, uma divisão entre filosofia e ciência, já que as ciências produzem uma reflexão sobre seus objetos específicos e não necessariamente sobre a luta de classes no campo da teoria, apesar de estarem (na), serem parte da luta de classes. A questão central é compreender que uma intervenção no campo científico, filosófico ou ideológico é sempre uma intervenção na luta de classes (debate do qual participou Pêcheux). O problema está em que esta intervenção teórica *pode* ser traduzida⁶ numa posição política, mas que esta tradução nunca é direta, uma vez que é sempre mediada pelos próprios aparelhos ideológicos e políticos.

II. A “provocação à leitura” e a questão da tomada de posição

Orlandi (2012), ao tratar da questão do cenário político e da análise de discurso na/da França, diz que o objetivismo quantitativo, o qual pretendia fazer uma espécie de demografia dos textos, colocava-se como uma prótese de leitura:

[...] com um procedimento apoiado sobre a ideia da paráfrase e uma relação à fase de análise sintática que logo sofrerá críticas de seus próprios autores e vai se deslocar para uma posição em que não se pensa uma prótese de leitura mas uma provocação à leitura. E pra isso é preciso ir além do estruturalismo como ciência régia, como Pêcheux explicita muito bem em seu *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1990). (ORLANDI, 2012, p. 14).

Em tempos em que se reconhece que a ciência não é o lugar da objetividade, neutralidade, verdade universal, descoberta, etc., nos perguntamos (ainda!) de que modo fazer análise de discurso não seria olhar no (estranho) espelho e ver refletida nossa própria imagem. Assim, com o intuito de “quebrar os espelhos”, bem como afastar a ideia da análise de discurso como uma prótese sofisticada de leitura, buscamos, aqui, pensar os sentidos da “provocação à leitura”. Nossa tomada de posição enquanto analistas consiste em reconhecer que os sentidos e os sujeitos são divididos pela contradição constitutiva que marca em um discurso a presença de outro(s); as continuidades e deslocamentos nas memórias das filiações históricas dos sentidos. E de considerar também a falha como estruturante e o acontecimento em sua contingência, produzindo (propiciando) derivas, deslocamentos e resistências.

A provocação à leitura seria propor montagens de *corpus* que possibilitem gestos de interpretação em que a categoria da contradição seja central para pensar a disputa ideológica da/na luta de classes. Nesta provocação, a explicitação do analista de discurso como sujeito-leitor é um gesto de responsabilidade ética e política, como parte do movimento de descrição do real da língua como uma série de pontos de deriva possíveis que dão lugar à interpretação dos sentidos em disputa,

⁶Conferir, a esse respeito, Gramsci, A. (2001), Cadernos do Cárcere, volume1, pela noção de tradutibilidade.

e também tomada de posição na disputa. Aqui nos encontramos com um problema crucial, o de determinar nas práticas da análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição. Para Pêcheux (1983/2008, p.57), as montagens discursivas permitem detectar “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não denegados”. Esta é uma maneira de considerar tanto as determinações da história sobre os processos discursivos quanto os efeitos dos gestos de leitura do pesquisador. O autor conclui que: “Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, pra mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade.” (Pêcheux, 1983/2008, p.57).

Retomamos aqui Althusser (1968/1969) na emblemática entrevista “Filosofia: arma da revolução”, parafraseando sua afirmação de que a filosofia luta pelas palavras e que, se na argumentação científica e filosófica as palavras (conceitos, categorias) são instrumentos do conhecimento, na luta política, ideológica e filosófica são armas, explosivos ou tranquilizantes e venenos. Estas palavras ressoam na maneira como Pêcheux (1977) pensa o lugar da linguagem na luta ideológica. No terreno da linguagem, segundo Pêcheux, “a luta ideológica de classes é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e frases, uma luta vital para cada uma das classes que se confrontam ao longo da história” (Pêcheux, 1977/2011, p. 273). Neste sentido, Zoppi-Fontana (2005) aponta que Pêcheux considera as lutas de deslocamento ideológico que intervêm na reprodução/transformação das relações de classe. Nesta mesma direção, pensamos as diversas possibilidades do vir-a-ser-outro do discurso, as práticas de resistência que aí se inscrevem e a prática política militante.

Aproximamo-nos assim de mais um risco e aposta. Considerando que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1975/1995, p. 92), como pensar a luta ideológica pelos sentidos e, mais especificamente, a disputa pelos sentidos do lugar da Análise de Discurso? Este é um ponto fundamental para o debate, pois falamos a partir de outros lugares de militância, mas por que (também) n(a) AD? A questão do sentido (em movimento, em disputa) é o que está o tempo todo sob o nosso olhar atento como analista de discurso, diríamos, é o que nos move a compreender a exterioridade constitutiva do discurso. Assim, o sentido não é, definitivamente, só um dos níveis de análise linguística, dado que “as contradições da luta de classes atravessam e organizam o discurso sem nunca serem claramente resolvidas.” (Pêcheux, 1977/2011, p. 272), ou seja, o discurso só pode ser compreendido na sua dupla materialidade (da língua e da história). O discurso como objeto teórico em uma constelação conceitual, nesta perspectiva, é uma aposta para uma intervenção na luta teórica e política. A noção de sujeito do/no discurso na relação com a teoria das ideologias possibilita tratar de posições sujeito nos movimentos de identificação na prática discursiva que não são nem individuais nem universais. Também não é o sujeito intencional que propõe outros sentidos para as palavras. A tomada de posição não é concebível com sua origem no sujeito e sim como “efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é o efeito da ‘exterioridade’ do real-ideológico discursivo” (Pêcheux, 1975, p.159-160).



Como pensar a intervenção política militante a partir do funcionamento do discurso? “Como descrever os acontecimentos através dos quais o gesto de um militante encontra outros e torna-se um *grito coletivo que intervém no campo do político?*” (Zoppi-Fontana, 2009, p.143). Além de propor, na teoria, uma descrição/interpretação materialista do funcionamento do simbólico das práticas sociais e políticas e dessa forma intervir, na política, compreendendo e interferindo nos processos de identificação que constituem os **sujeitos coletivos das práticas políticas proletárias**, conforme Pêcheux (Zoppi-Fontana, 2005, p.49, grifo nosso), gostaríamos de pensar um pouco mais na noção mesma de militância.

III. A militância política e a resistência...

Retomamos uma reivindicação fundamental que Pêcheux (1979/2011) apresenta no seu texto *Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse?*. Trata-se de sua afirmação de que faz falta escutar politicamente o assujeitamento em suas diferentes formas históricas, buscando compreender não só o seu modo de domínio e “eficácia”, mas também as suas falhas, o que, para nós, constitui um ponto crucial para o analista de discurso (e para o militante).

Para pensar a noção de militância é interessante trazer a relação com as noções de acontecimento e encontro, a partir de Pêcheux e o Althusser do materialismo do encontro, nos apoiando no texto de Zoppi-Fontana (2009), para quem:

(...) reconhecer o contingente no acontecimento de discurso, suas diversas possibilidades de vir-a-ser-outro, abre um espaço produtivo para as práticas de resistência. É justamente nesses possíveis contingentes que constituem o próprio do real sócio-histórico (hoje e sempre) que “está la matéria real de la toma de partido, la chance de um militante” [De Ípola, 2007, p. 204], enfim, a prática política. (ZOPPI-FONTANA, 2009, p. 143)

E, considerando o discurso com um objeto paradoxal, como um espaço ideologicamente marcado para a interpretação (teórico-política), entendemos que “se não há Sentido da história (um Fim que a transcenda, de suas origens até seu término), pode haver sentido *na* história, porque este sentido nasce de um encontro efetivo e efetivamente feliz ou catastrófico, que é, também *sentido*.” (Althusser, 1982/2005, p. 30). E acrescentaríamos: sentido(s) em disputa. É assim que compreendemos que o contingente no acontecimento de discurso existe, abrindo sempre a possibilidade para a prática da resistência (coletiva, de massas), já que não deixa de conter um convite à ação política. A disputa está ocorrendo o tempo todo, subordinada à relação de forças.

Portanto, não só o marxismo, mas a AD pode ser pensada como uma teoria das apostas, ainda que os resultados sejam imprevisíveis. Toda intervenção teórico-analítica nas ciências abre a possibilidade da militância, uma vez que é já intervenção. Recentemente pudemos ouvir o discurso de Marilena Chauí numa academia militar, a propósito dos “blackblocks”, os quais foram por ela designados como fascistas. Não se trata, aí, de apenas uma “interpretação histórico-filosófica”, mas de uma posição marcadamente política e militante, numa certa direção, numa certa conjuntura.



Para “finalizar”, dada a brevidade do espaço, apresentamos uma crítica de Dias (2012), bastante pertinente para o andamento das questões aqui levantadas. No sentido de trazer elementos à indagação vital dos “militantes do futuro”, como afirma o autor, os que recusam o determinismo e o militantismo cego, ele afirma:

Esvaziadas no seu conteúdo e ressignificadas, as palavras socialismo e comunismo, como vulgarmente usadas, não são conceitos e acabam por ocultar o significado e o caráter da democracia em benefício tanto da sua identificação com a planificação econômica (o socialismo realmente inexistente), quanto com a administração do estado burguês. Essas denominações, pela ambiguidade semântica, polissêmica e politicamente construída, não permitiriam e nem permitem clarificar o projeto de uma sociabilidade para além da ordem do capital; e muito menos ajudar a criá-la. (DIAS, 2012, p. 135-136)

A luta pelos sentidos, a luta de classes no terreno da linguagem, constitui-se, assim, como um espaço de luta teórica e política. A questão é: ainda tem sentido a luta pelos sentidos dessas palavras na agenda da Análise de Discurso?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. (1968) La filosofía: arma de la revolución. Trad.: Martha Harnecker In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E. Para leer El capital. Mexico: Siglo XXI editores, 1969.

_____. Posições – 1. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. (1982). A corrente subterrânea do materialismo do encontro. In: Revista Crítica Marxista, n. 20. Trad.: Monica Zoppi-Fontana. P. 9-48. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. Revolução passiva e modo de vida – ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere – volume 1 – Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad.: Carlos Nelson Coutinho – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MALDIDIER, Denise. A inquietação do discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux hoje. In: Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, p.11-20, 2011.

ORLANDI, Eni. Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. (1969) As ciências humanas e o “momento atual”. Trad.: Bethania Mariani. In: Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, p.175-202, 2011.

_____. (1975) Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1977) As Massas Populares são um Objeto Inanimado?. Trad. Suzy Lagazzi. In: Orlandi, E. (org.) Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, p.251-273, 2011.

_____. (1979) Foi “Propaganda” Mesmo que Você Disse?. Trad. Eni Orlandi. In: Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, p.73-92, 2011.

_____. (1981) O Estranho espelho da análise do discurso. (prefácio) In: COURTINE, J-J. Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, Edufscar, 2009.

_____. (1983). O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença
Porto Alegre, de 15 a 18 de outubro de 2013

ZOPPI-FONTANA, Monica Graciela. O acontecimento do discurso na contingência da História. In: Indursky, F., LEANDRO FERREIRA, M. C., MITTMANN, S. (orgs.) O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-144.

_____. Objetos Paradoxais e Ideologia. In: Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, n.1, p. 41-59, junho, 2005.